

---

# **SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57  
NIRE 3130002243-9

## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

30 de março de 2016

Assembleia Geral Ordinária

29 de abril de 2016

---

## ÍNDICE

I.	Em Assembleia Geral Ordinária	3
II.	Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos Administradores	5
III.	Anexo II: Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 – Proposta da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	27
IV.	Anexo III: Item 12 do Formulário de referência – Eleição dos membros dos Conselhos de Administração	32
V.	Anexo IV: Item 13 do Formulário de referência – Remuneração dos Administradores	43
VI.	Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária	61

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, às 10:00 horas do dia 29 de abril de 2016.

*(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.*

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme divulgadas em 1º de março de 2016, nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nestes dois últimos através do Sistema Empresas.NET.

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

Nos termos do inciso II, parágrafo 1º do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo II à presente proposta, conforme indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09.

*(ii) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração que irão compor e a fixação do limite da remuneração global dos administradores da Companhia.*

Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 15 (quinze) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Assim sendo, a Administração recomenda a eleição de 9 (nove) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, número que já vem sendo praticado pela Companhia.

Propomos que sejam eleitos, para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2016, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se

disposta no Anexo IV a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4 e item 15. Propomos que a remuneração global dos administradores a ser paga, seja fixada no montante anual de até R\$ 3.650.000,00.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 30/04/2015, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R\$3.446.000,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 2.579.359,00, dos quais R\$ 414.576,00 pagos pelo emissor e R\$ 2.164.783,00 pagos por controladas do emissor em função do exercício do cargo no emissor.

O limite ora proposto, assim como as informações acima apresentadas com relação à remuneração do exercício social de 2015, incluem a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos pela Companhia, diretos ou indiretos.

Montes Claros-MG, 30 de março de 2016.

A Administração

Springs Global Participações S.A.

# **SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

## **ANEXO I**

Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores

---

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

---

*Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.*

---

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
<b>REGISTRO NA CVM</b>	Nº 20966
<b>SEDE</b>	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
<b>DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES</b>	Alessandra Eloy Gadelha
<b>ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS</b>	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
<b>AGENTE ESCRITURADOR</b>	BANCO ITAÚ S.A.
<b>AUDITORES INDEPENDENTES</b>	BDO RCS Auditores Independentes.
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	SGPS3
<b>JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES</b>	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

## 10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

### 10.1

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
<b>Indicadores de liquidez</b>			
Total do ativo circulante	1.453,2	1.360,3	1.266,2
Total do passivo circulante	850,7	716,2	854,8
<i>Índice de liquidez corrente</i>	<i>1,7</i>	<i>1,9</i>	<i>1,5</i>
<hr/>			
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	1.682,4	1.499,8	1.410,0
Total do passivo circulante + passivo não circulante	1.519,4	1.382,8	1.291,1
<i>Índice de liquidez geral</i>	<i>1,1</i>	<i>1,1</i>	<i>1,1</i>
<hr/>			
<b>Indicadores de endividamento</b>			
Total da dívida líquida	786,2	729,7	665,8
Patrimônio líquido	1.079,0	1.085,8	1.151,9
<i>Índice de endividamento</i>	<i>73%</i>	<i>67%</i>	<i>58%</i>

Em 31 de dezembro de 2015, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,7x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, ante 1,9x em 31 de dezembro de 2014, impactado, principalmente, pela primeira parcela de amortização da debênture da Companhia que será paga no ano de 2016 que, portanto, passou do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2014, para passivo circulante, em 31 de dezembro de 2015.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,1x em 31 de dezembro de 2015, em linha com a obtida em 31 de dezembro de 2014, pois os ativos ex permanente ampliaram praticamente na mesma proporção que o passivo total.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 786,2 milhões e representava 73% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2015. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 171,8 milhões no final do exercício de 2015, com aumento de 31,2% em relação aos R\$ 131,0 milhões, em 31 de dezembro de 2014, provenientes, principalmente, de atividade de financiamento e variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2014, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,9x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, ante 1,5x em 31 de dezembro de 2013. A melhora do índice de liquidez corrente decorreu do alongamento do perfil da dívida conforme nota explicativa nº13 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,1x em 31 de dezembro de 2014, em linha com a obtida em 31 de dezembro de 2013, pois os ativos ex permanente ampliaram praticamente na mesma proporção que o passivo total.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 729,7 milhões e representava 67% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2014. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$131,0 milhões no final do exercício de 2014, com aumento de 58,2% em relação aos R\$ 82,8 milhões, em 31 de dezembro de 2013, provenientes, principalmente, da emissão de debênture.

#### **b. Estrutura de capital**

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2015	AV (%)	2014	AV (%)	2013	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	850,7	32,7%	716,2	29,0%	854,8	35,0%
Capital de terceiros – não circulante	668,7	25,7%	666,6	27,0%	436,3	17,9%
<i>Capital de terceiros – Total</i>	<i>1.519,4</i>	<i>58,5%</i>	<i>1.382,8</i>	<i>56,0%</i>	<i>1.291,1</i>	<i>52,8%</i>
Capital próprio – Patrimônio Líquido	1.079,0	41,5%	1.085,8	44,0%	1.151,9	47,2%
<b>Total</b>	<b>2.598,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.468,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.443,0</b>	<b>100,0%</b>

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Springs Global era 41,5% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 58,5% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital da Springs Global era 44,0% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 56,0% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da Springs Global era 47,2% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 52,8% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

Não ocorreram variações significativas na estrutura de Capital da Companhia nos últimos três anos.

#### **c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.



A Diretoria entende que o nível de liquidez da Companhia, associada a sua geração de caixa operacional, é compatível com seus investimentos, despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	689,7	595,2	748,6
Debêntures	268,3	265,4	-
<b>Total da Dívida</b>	<b>958,1</b>	<b>860,6</b>	<b>748,6</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(149,9)	(129,6)	(81,6)
Títulos e valores mobiliários	(2,0)	(1,4)	(1,2)
Instrumentos financeiros	(19,9)	-	-
<b>Total do (caixa) dívida líquida</b>	<b>786,2</b>	<b>729,6</b>	<b>665,8</b>

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como debêntures e Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA").

Em 2015, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

Em 2014, a sua controlada Coteminas S.A. emitiu R\$ 270 milhões em debênture não conversíveis em ações, com vencimento em 13 de junho de 2017, que foi posteriormente vinculada à emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), com remuneração e garantias idênticas às da Debênture que lhe dá lastro. O valor nominal será amortizado em duas parcelas anuais iguais, a partir do segundo ano da sua emissão, e os juros pagos semestralmente corresponderão a 110% da variação acumulada da taxa de juros do CDI.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
<b>Empréstimos e financiamentos - Total</b>	<b>689,7</b>	<b>595,2</b>	<b>748,6</b>
Circulante	396,7	403,7	497,0
Não circulante	293,0	191,5	251,6
<b>Debêntures - Total</b>	<b>268,3</b>	<b>265,4</b>	<b>-</b>

Circulante	134,5	1,7	-
Não circulante	133,8	263,7	-

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Em 2016, a Companhia pretende contratar novos financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ mil	Moeda	Taxa anual de juros - %	Em 31 de dezembro de		
			2015	2014	2013
Moeda nacional:					
BNDES	R\$	3,0 a 9,5	14.467	31.482	25.880
Banco do Brasil S.A.	R\$	109,0 a 120,0 do CDI	417.314	337.407	338.201
Banco Santander S.A.	R\$	120,0 e 123,5 do CDI	54.773	37.648	31.934
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP+3,3	-	17.407	43.508
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	117,8 e 121,0 do CDI	105.341	104.684	207.509
Banco Bradesco S.A.	R\$	134,0 do CDI	10.726	13.023	16.498
Outros	R\$	-	80	83	98
			<b>602.701</b>	<b>541.734</b>	<b>663.628</b>
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor+2,5	66.422	50.104	55.280
Banco Francês	\$ARG	14,4	-	-	855
Banco Patagonia	\$ARG	15,3 e 27,5	1.032	3.368	28.801
Banco do Brasil S.A.	US\$	3,5	19.567	-	-
			<b>87.021</b>	<b>53.472</b>	<b>84.936</b>
<b>Total</b>			<b>689.722</b>	<b>595.206</b>	<b>748.564</b>
Circulante			396.747	403.748	496.976

Não circulante 292.975 191.458 251.588

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,466% a.a. com swap para aproximadamente 117,8% e 121,0% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador para os financiamentos do BNDES e Banco do Brasil, denominados “Revitaliza”; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

A seguir, apresentamos a posição das debêntures da Companhia, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ milhões				Circulante			Não Circulante		
Ano de Emissão	Valor de emissão	Vencimento	Encargos anuais (%)	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
2014	270,0	2016-2017	110% do CDI	134,5	1,7	-	133,8	263,7	-

As garantias das debêntures, incluem garantias real e fidejussória, com fiança prestada pela Companhia. Os imóveis da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA, são utilizados como garantia real. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada Coteminas S.A. e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada Coteminas S.A. use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

#### **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

#### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não há subordinação definida entre os passivos da companhia.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada Coteminas S.A. comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2015, todos os índices acima foram atendidos pela controlada Coteminas S.A..

Não há restrição imposta ao emissor, Springs Global.

#### **g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

#### **h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais

como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos últimos três exercícios são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

#### DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em R\$ milhões	2015	AV <sup>(1)</sup>	AH <sup>(2)</sup>	2014	AV <sup>(1)</sup>	AH <sup>(2)</sup>	2013	AV <sup>(1)</sup>	AH <sup>(2)</sup>
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.267,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,4%</b>	<b>2.092,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,4%</b>	<b>2.043,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,4%</b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(1.657,1)</b>	<b>(73,1%)</b>	<b>7,4%</b>	<b>(1.542,3)</b>	<b>(73,7%)</b>	<b>(1,2%)</b>	<b>(1.561,3)</b>	<b>(76,4%)</b>	<b>21,9%</b>
Materiais	(1.044,8)	(46,1%)	9,3%	(956,1)	(45,7%)	(4,2%)	(997,9)	(48,8%)	23,8%
Custos de conversão e outros	(539,8)	(23,8%)	6,5%	(506,9)	(24,2%)	2,8%	(493,2)	(24,1%)	21,7%
Depreciação	(72,4)	(3,2%)	(8,7%)	(79,3)	(3,8%)	13,0%	(70,2)	(3,4%)	0,7%
<b>Lucro bruto</b>	<b>610,0</b>	<b>26,9%</b>	<b>11,0%</b>	<b>549,7</b>	<b>26,3%</b>	<b>14,1%</b>	<b>481,8</b>	<b>23,6%</b>	<b>19,9%</b>
<b>Despesas com vendas, gerais e administrativas</b>	<b>(443,5)</b>	<b>(19,6%)</b>	<b>1,4%</b>	<b>(437,4)</b>	<b>(20,9%)</b>	<b>2,8%</b>	<b>(425,5)</b>	<b>(20,8%)</b>	<b>20,1%</b>
Despesas com vendas	(294,8)	(13,0%)	(3,0%)	(303,9)	(14,5%)	1,3%	(299,9)	(14,7%)	23,3%
Despesas gerais e administrativas	(148,7)	(6,6%)	11,4%	(133,5)	(6,4%)	6,3%	(125,6)	(6,1%)	13,2%
<b>Outras, líquidas</b>	<b>(12,1)</b>	<b>(0,5%)</b>	<b>40,8%</b>	<b>(8,6)</b>	<b>(0,4%)</b>	<b>n.a.</b>	<b>7,3</b>	<b>0,4%</b>	<b>(88,9%)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>154,3</b>	<b>6,8%</b>	<b>48,8%</b>	<b>103,7</b>	<b>5,0%</b>	<b>63,1%</b>	<b>63,6</b>	<b>3,1%</b>	<b>(44,1%)</b>
Resultado financeiro	(118,8)	(5,2%)	(15,2%)	(140,1)	(6,7%)	23,9%	(113,1)	(5,5%)	(5,6%)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>35,6</b>	<b>1,6%</b>	<b>n.a.</b>	<b>(36,4)</b>	<b>(1,7%)</b>	<b>n.a.</b>	<b>(49,5)</b>	<b>(2,4%)</b>	<b>n.a.</b>
IR e CSSL	(13,0)	(0,6%)	n.a.	7,3	0,3%	n.a.	(3,2)	(0,2%)	n.a.
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>22,6</b>	<b>1,0%</b>	<b>n.a.</b>	<b>(29,1)</b>	<b>(1,4%)</b>	<b>n.a.</b>	<b>(52,7)</b>	<b>(2,6%)</b>	<b>n.a.</b>

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre o exercício social indicado e o anterior.

**Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.**

*Receita Líquida de Vendas e Serviços*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 2.267,1 milhões. Em relação ao exercício de 2014, houve ampliação de R\$ 175,1 milhões, ou 8,4%. Este aumento provém principalmente do efeito cambial relativo à receita da Companhia na América do Norte, que mais que compensou os menores volumes de venda. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.152,9 milhões em 2015, 2,3% inferior à de 2014, sendo o menor volume de vendas compensado pelo efeito positivo de preço e mix.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 265,4 milhões em 2015, com redução de 6,3% em relação à de 2014, negativamente impactada pelo menor número de lojas e pela conversão de 13 lojas próprias em franquias em 2015, das quais nove Artex e quatro MMartan.

A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 923,8 milhões em 2015, com crescimento de 32,3% em relação à de 2014.

*Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas*

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.657,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, com aumento de 7,4% em relação aos R\$ 1.542,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e representando 73,1% da receita líquida em 2015, ante 73,7% da receita líquida em 2014.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 1.044,8 milhões em 2015, denominados custos de materiais, com ampliação de 9,3% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo câmbio.

A conversão da matéria-prima em produto final demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 539,8 milhões em 2015, com ampliação de 6,5% em relação a 2014. Pela sua natureza, eles custos são afetados por ganhos de escala, sendo diluídos quando há ampliação da capacidade produtiva.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 72,4 milhões em 2015, com redução de 8,7% ante 2014.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 443,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, equivalentes a 19,6% da receita líquida, contra 20,9% no ano anterior.

*Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas*

Outras despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 somaram R\$ 12,1 milhões, ante R\$ 8,6 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

*Lucro Bruto e Lucro Operacional*

O lucro bruto totalizou R\$ 610,0 milhões em 2015, com margem bruta de 26,9%. Houve ampliação do lucro bruto de 11,0%, impulsionada pelo aumento da receita e pela expansão de 0,6 p.p. da margem bruta.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 103,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 154,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, incremento de R\$ 50,6 milhões, ou 48,8%. A ampliação deve-se ao maior lucro bruto. O lucro operacional representou 6,8% da receita líquida em 31 de dezembro de 2015, em comparação com 5,0% da receita líquida em 31 de dezembro de 2014.

*Resultado Financeiro*

A despesa financeira líquida passou de R\$ 140,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 118,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de R\$ 21,3 milhões, devido principalmente ao aumento de R\$ 57,2 milhões das variações cambiais líquidas, que compensou a ampliação de R\$ 40,4 milhões das despesas financeiras – juros e encargos, devido ao aumento da taxa SELIC.

#### *Imposto de renda e contribuição social*

As despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 13,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ante valor positivo (dedução) de R\$ 7,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, uma ampliação de R\$ 20,3 milhões.

A maioria das unidades fabris da Companhia sediadas no Brasil possui incentivos fiscais federais e estaduais, que expiram em diferentes datas, até o final de 2016 e de 2021, respectivamente.

Mantivemos o benefício fiscal de desoneração da folha de pagamento, porém com aumento da alíquota de 1,0% para 2,5% do faturamento, a partir de dezembro de 2015.

#### *Lucro do exercício*

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 alcançou R\$ 22,6 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 29,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, aumento de R\$ 51,7 milhões, que é explicado pela ampliação do resultado operacional e pela redução da despesa financeira líquida, parcialmente compensados por maior montante de impostos.

#### **Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.**

#### *Receita Líquida de Vendas e Serviços*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 2.092,0 milhões, com ampliação de R\$ 49,0 milhões, ou 2,4%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.180,0 milhões em 2014, 9,1% superior à de 2013.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 283,1 milhões em 2014, com crescimento de 14,2% em relação à de 2013.

A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 698,2 milhões em 2014, com redução de 2,1% em relação à de 2013.

#### *Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas*

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.542,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, em linha com o valor registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e representando 73,7% da receita líquida em 2015, ante 76,4% da receita líquida em 2013.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 956,1 milhões em 2014, denominados custos de materiais, com redução de 4,2% em relação ao ano anterior.

A conversão da matéria-prima em produto final demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 506,9 milhões em 2014, com ampliação de 2,8% em relação a 2014. Pela sua natureza, eles custos são afetados por ganhos de escala, sendo diluídos quando há ampliação da capacidade produtiva.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 79,3 milhões em 2014, com ampliação de 13,1% ante 2013.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 437,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, equivalentes a 20,9% da receita líquida, contra 20,8% no ano anterior.

#### *Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas*

Outras despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 somaram R\$ 8,6 milhões, ante receita de R\$ 7,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

#### *Lucro Bruto e Lucro Operacional*

O lucro bruto totalizou R\$ 549,7 milhões em 2014, com margem bruta de 26,3%. Houve ampliação do lucro bruto de 14%, impulsionada pelo aumento da receita e pela expansão de 2,7 p.p. da margem bruta. Esse resultado deve-se, principalmente, aos resultados positivos da operação do atacado e do varejo na América do Sul, apresentando um aumento de lucro bruto de 18,8% e 11,8%, respectivamente.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 63,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 103,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, incremento de R\$ 40,1 milhões, ou 63,1%. A ampliação deve-se ao maior lucro bruto. O lucro operacional representou 5,0% da receita líquida em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 3,1% da receita líquida em 31 de dezembro de 2013.

#### *Resultado Financeiro*

A despesa financeira líquida passou de R\$ 113,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 140,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de R\$ 27 milhões, devido principalmente ao aumento de R\$ 31 milhões das despesas financeiras – juros e encargos, devido ao aumento da taxa SELIC.

#### *Imposto de renda e contribuição social*

As despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram valor positivo (dedução) de R\$ 7,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ante despesas de R\$ 3,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, uma ampliação de R\$ 10,5 milhões.

A maioria das unidades fabris da Companhia sediadas no Brasil possui incentivos fiscais federais e estaduais, que expiram em diferentes datas, até o final de 2016 e de 2021, respectivamente.

A Companhia aderiu ao benefício fiscal de desoneração da folha de pagamento, com alíquota de 1,0% do faturamento.

#### *Lucro do exercício*

O prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 29,1 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 52,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, melhoria de R\$ 23,6 milhões, que é explicada pela ampliação do resultado operacional, parcialmente compensada pelo aumento da despesa financeira líquida.

**ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL**

Em R\$ milhões	2015	AV	AH	2014	AV	AH	2013	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
<b>Ativo</b>									
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.453,2</b>	<b>55,9%</b>	<b>6,8%</b>	<b>1.360,3</b>	<b>55,1%</b>	<b>7,4%</b>	<b>1.266,2</b>	<b>51,8%</b>	<b>0,0%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	149,9	5,8%	15,7%	129,6	5,3%	58,8%	81,6	3,3%	-25,3%
Títulos e valores mobiliários	2,0	0,1%	42,9%	1,4	0,1%	16,7%	1,2	0,0%	-25,0%
Instrumentos financeiros	19,9	0,8%	n.a.	-		0,0%	-	0,0%	
Duplicatas a receber	508,8	19,6%	-2,6%	522,5	21,2%	1,8%	513,3	21,0%	13,6%
Estoques	658,0	25,3%	11,6%	589,6	23,9%	5,5%	559,0	22,9%	-5,0%
Adiantamento a fornecedores	39,5	1,5%	-15,5%	46,7	1,9%	-7,9%	50,7	2,1%	-11,7%
Impostos a recuperar	31,4	1,2%	-33,7%	47,4	1,9%	66,3%	28,5	1,2%	-11,5%
Valores a receber - venda de imobilizado	8,3	0,3%	n.a.	-	0,0%		-	0,0%	
Outros créditos a receber	35,4	1,4%	52,2%	23,2	0,9%	-27,1%	31,9	1,3%	27,1%
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.145,1</b>	<b>44,1%</b>	<b>3,3%</b>	<b>1.108,3</b>	<b>44,9%</b>	<b>-5,8%</b>	<b>1.176,8</b>	<b>48,2%</b>	<b>-2,1%</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>229,1</b>	<b>8,8%</b>	<b>64,3%</b>	<b>139,5</b>	<b>5,7%</b>	<b>-3,0%</b>	<b>143,8</b>	<b>5,9%</b>	<b>6,5%</b>
Valores a receber - venda de imobilizado	40,9	1,6%	n.a.	-	0,0%		-	0,0%	
Partes relacionadas	23,5	0,9%	213,4%	7,5	0,3%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Impostos a recuperar	3,6	0,1%	-22,0%	4,6	0,2%	-20,7%	5,8	0,2%	-7,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58,3	2,2%	-6,7%	62,5	2,5%	10,0%	56,8	2,3%	0,2%
Imobilizado disponível para venda	59,1	2,3%	46,0%	40,5	1,6%	-30,5%	58,3	2,4%	43,6%
Depósitos judiciais	20,5	0,8%	17,1%	17,5	0,7%	8,0%	16,2	0,7%	6,6%
Outros	23,2	0,9%	236,7%	6,9	0,3%	3,0%	6,7	0,3%	-58,1%
<b>Permanente</b>	<b>916,0</b>	<b>35,3%</b>	<b>-5,5%</b>	<b>968,8</b>	<b>39,2%</b>	<b>-6,2%</b>	<b>1.033,0</b>	<b>42,3%</b>	<b>-3,2%</b>
Outros investimentos	3,9	0,1%	94,9%	2,0	0,1%	-9,1%	2,2	0,1%	-12,0%
Imobilizado	784,9	30,2%	-7,4%	847,3	34,3%	-7,0%	911,1	37,3%	-4,2%
Intangível	127,2	4,9%	6,4%	119,6	4,8%	-0,1%	119,7	4,9%	5,0%
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.598,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,3%</b>	<b>2.468,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,0%</b>	<b>2.443,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1,0%</b>

**Passivo**



<b>Passivo circulante</b>	<b>850,7</b>	<b>32,7%</b>	<b>18,8%</b>	<b>716,2</b>	<b>29,0%</b>	<b>-16,2%</b>	<b>854,8</b>	<b>35,0%</b>	<b>17,4%</b>
Empréstimos e financiamentos	396,7	15,3%	-1,7%	403,7	16,4%	-18,8%	497,0	20,3%	32,3%
Debênture	134,5	5,2%	7810,8%	1,7	0,1%	n.a.	0,0	0,0%	100,0%
Instrumentos financeiros	-	0,0%		-	0,0%		-	0,0%	
Fornecedores	152,2	5,9%	-8,9%	167,1	6,8%	-13,9%	194,0	7,9%	4,0%
Impostos e taxas	17,3	0,7%	43,0%	12,1	0,5%	5,2%	11,5	0,5%	-8,0%
Obrigações sociais e trabalhistas	55,1	2,1%	6,7%	51,6	2,1%	-3,9%	53,7	2,2%	15,2%
Concessões governamentais	18,3	0,7%	10,5%	16,6	0,7%	3,8%	16,0	0,7%	22,1%
Arrendamentos não recuperáveis	7,0	0,3%	63,9%	4,3	0,2%	-57,0%	10,0	0,4%	-27,5%
Outras contas a pagar	69,5	2,7%	17,7%	59,1	2,4%	-18,6%	72,6	3,0%	7,4%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>668,7</b>	<b>25,7%</b>	<b>0,3%</b>	<b>666,6</b>	<b>27,0%</b>	<b>52,8%</b>	<b>436,3</b>	<b>17,9%</b>	<b>-16,5%</b>
Empréstimos e financiamentos	293,0	11,3%	53,0%	191,5	7,8%	-23,9%	251,6	10,3%	-23,3%
Debênture	133,8	5,2%	-49,2%	263,7	10,7%	n.a.	0,0	0,0%	
Arrendamentos não recuperáveis	20,6	0,8%	61,0%	12,8	0,5%	7,6%	11,9	0,5%	1,7%
Partes relacionadas	0,1	0,0%	-99,0%	8,0	0,3%	627,3%	1,1	0,0%	n.a.
Concessões governamentais	49,0	1,9%	2,4%	47,9	1,9%	-1,4%	48,6	2,0%	-2,6%
Planos de aposentadoria e benefícios	131,7	5,1%	30,3%	101,1	4,1%	26,1%	80,2	3,3%	-7,6%
Provisões diversas	23,3	0,9%	5,9%	22,0	0,9%	22,9%	17,9	0,7%	-5,3%
Outras obrigações	17,1	0,7%	-12,8%	19,6	0,8%	-21,6%	25,0	1,0%	-8,8%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.079,0</b>	<b>41,5%</b>	<b>-0,6%</b>	<b>1.085,8</b>	<b>44,0%</b>	<b>-5,7%</b>	<b>1.151,9</b>	<b>47,2%</b>	<b>-5,4%</b>
Capital realizado	1.860,3	71,6%	0,0%	1.860,3	75,4%	0,0%	1.860,3	76,1%	0,0%
Reserva de capital	79,4	3,1%	0,0%	79,4	3,2%	0,0%	79,4	3,3%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(33,5)	-1,3%	-17,1%	(40,4)	-1,6%	84,5%	(21,9)	-0,9%	-35,8%
Ajuste acumulado de conversão	(248,1)	-9,5%	18,6%	(209,2)	-8,5%	10,1%	(190,0)	-7,8%	12,8%
Reservas de lucros	25,2	1,0%	-0,1%	25,2	1,0%	0,0%	25,2	1,0%	0,0%
Prejuízo acumulado	(614,7)	-23,7%	-3,5%	(637,2)	-25,8%	4,6%	(608,9)	-24,9%	10,4%
Participação dos acionistas não-controladores	10,5	0,4%	35,9%	7,7	0,3%	-1,3%	7,8	0,3%	13,0%
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>2.598,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,3%</b>	<b>2.468,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,0%</b>	<b>2.443,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1,0%</b>

### **Saldo em 31 de Dezembro de 2015 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2014**

#### *Ativo Circulante*

O ativo circulante passou de R\$ 1.360,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.453,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 93,0 milhões, ou 6,8%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação nos estoques, de R\$ 68,4 milhões;
- Aumento no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 20,3 milhões;
- Aumento no Instrumentos financeiros, de R\$ 19,9 milhões;
- Redução no Duplicatas a Receber, de R\$ 13,7 milhões;

#### *Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante passou de R\$ 1.108,3 milhões em 31 de dezembro 2014 para R\$ 1.145,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 36,8 milhões, ou 3,3%.

#### *Realizável a Longo Prazo*

O ativo realizável a longo passou de R\$ 139,5 milhões em 31 de dezembro 2014 para R\$ 229,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 89,6 milhões, ou 64,3%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação nos Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 40,9 milhões, referente a venda do terreno não operacional em Montes Claros;
- Ampliação no Imobilizado disponível para venda, de R\$ 18,6 milhões;
- Ampliação nas Partes Relacionadas, de R\$ 16,0 milhões;

#### *Imobilizado*

O ativo imobilizado passou de R\$ 847,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 784,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$ 62,4 milhões, ou 7,4%, refletindo depreciação contábil.

#### *Passivo Circulante*

O passivo circulante passou de R\$ 716,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 850,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma ampliação de R\$ 134,5 milhões, ou 18,8%, decorrente, principalmente, do aumento de R\$ 132,8 milhões, no saldo de debêntures de curto prazo, em decorrência de reclassificação de longo para curto prazo referente à parcela de dívida a ser liquidada em 2016;

#### *Passivo Não Circulante*

O passivo não circulante era de R\$ 668,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, em linha com o montante de R\$ 666,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- redução de R\$ 129,9 milhões no saldo de debêntures de longo prazo decorrente da transferência para curto prazo;
- aumento de R\$ 101,5 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamento de longo prazo decorrente do alongamento da dívida;
- aumento de R\$ 30,6 milhões no saldo Planos de aposentadoria e benefícios decorrente da desvalorização do real em relação ao dólar americano.

### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.085,8 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.079,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, um decréscimo de R\$ 6,8 milhões, ou 0,6%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- aumento de R\$ 38,9 milhões na conta de ajuste acumulado de conversão;
- redução de R\$ 22,5 milhões na conta prejuízo acumulado.

### **Saldo em 31 de Dezembro de 2014 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2013**

#### *Ativo Circulante*

O ativo circulante passou de R\$ 1.266,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.360,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$ 94,1 milhões, ou 7,4%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 48,0 milhões;
- Ampliação nos estoques, de R\$ 30,6 milhões;
- Ampliação do Imposto a Recuperar, de R\$ 18,9 milhões.

#### *Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante passou de R\$ 1.176,8 milhões em 31 de dezembro 2013 para R\$ 1.108,3 milhões em 31 de dezembro 2014, uma redução de R\$ 68,5 milhões, ou 5,8%.

#### *Realizável a Longo Prazo*

O ativo realizável a longo passou de R\$ 143,8 milhões em 31 de dezembro 2013 para R\$ 139,5 milhões em 31 de dezembro 2014, uma redução de R\$ 4,3 milhões, ou 3,0%.

#### *Imobilizado*

O ativo imobilizado passou de R\$ 911,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 847,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$ 63,8 milhões, ou 7,0%, refletindo depreciação contábil.

#### *Passivo Circulante*

O passivo circulante passou de R\$ 854,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 716,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$ 138,6 milhões, ou 16,2%, decorrente, principalmente, da emissão de debênture no valor de R\$ 270 milhões, alongando a dívida da companhia. Deste modo, houve redução de R\$ 93,3 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamentos de curto prazo. Ademais, houve redução de R\$ 26,9 milhões, ou 13,9%, na conta Fornecedores.

#### *Passivo Não Circulante*

O passivo não circulante passou de R\$ 436,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 666,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma ampliação de R\$ 230,3 milhões, ou 52,8%, decorrente, principalmente, da emissão de debênture no valor de R\$ 270 milhões, alongando a dívida da companhia. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- ampliação de R\$ 263,7 milhões no saldo de debêntures de longo prazo decorrente da emissão de debênture com primeira parcela de amortização em 2016;
- redução de R\$ 60,1 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo decorrente da emissão de debênture que substituiu Empréstimos e Financiamentos;

- aumento de R\$ 20,9 milhões no saldo Planos de aposentadoria e benefícios.

#### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.151,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.085,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$ 66,1 milhões, ou 5,7%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- aumento de R\$ 28,3 milhões na conta prejuízo acumulado;
- aumento de R\$ 19,2 milhões na conta de ajuste acumulado de conversão;
- aumento de R\$ 18,5 milhões na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

#### *ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA*

Em R\$ milhões	2015	2014	2013
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(78,9)	(35,4)	(2,7)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(20,1)	(14,0)	(41,7)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	112,4	97,0	13,6
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	7,0	0,4	3,1
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20,4</b>	<b>48,0</b>	<b>(27,7)</b>

#### *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2015 vs 2014*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o caixa aplicado pelas atividades operacionais foi de R\$ 78,9 milhões, R\$ 43,5 milhões acima dos R\$ 35,4 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, devido, principalmente, o aumento de R\$ 86,4 milhões nos juros pagos e a redução de R\$ 26,8 milhões dos efeitos não caixa do resultado do exercício que mais que compensou o aumento de R\$ 51,7 milhões do lucro líquido e a redução de R\$ 25,1 milhões nas variações nas contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 20,1 milhões, R\$ 6,1 milhões acima dos R\$ 14,0 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, devido, principalmente, a redução de R\$ 32,2 milhões na alienação do imobilizado, que mais que compensou o aumento de R\$ 15,2 milhões nos empréstimos entre empresas associadas e a redução de R\$ 12,4 milhões no investimento no imobilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 112,4 milhões, R\$ 15,4 milhões acima dos R\$ 97,0 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, para financiar as necessidades das atividades operacionais e de investimento, assim como ampliar a liquidez da Companhia.

#### *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2014 vs 2013*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o caixa aplicado pelas atividades operacionais foi de R\$ 35,4 milhões, R\$ 32,7 milhões acima dos R\$ 2,7 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, devido, principalmente, o aumento de R\$ 80,7 milhões nas variações nas contas de ativos e passivos que mais que compensou a melhoria de R\$ 23,6 milhões do lucro líquido de R\$ 37,1 milhões dos itens não caixa do resultado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 14,0 milhões, R\$ 27,7 milhões acima dos R\$ 41,7 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de

dezembro de 2013, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 31,6 milhões no recebimento pela alienação do imobilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 97,0 milhões, R\$ 83,4 milhões acima dos R\$ 13,6 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, para financiar as necessidades das atividades operacionais e de investimento, assim como ampliar a liquidez da Companhia.

## **10.2 Os diretores devem comentar**

### **a. Resultados das operações do emissor**

#### **i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**

As receitas da Companhia nos anos de 2013, 2014 e 2015 decorrem basicamente de vendas de produtos de cama, mesa e banho.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o mercado na América do Sul representou 59% e o mercado na América do Norte representou 41% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o mercado na América do Sul representou 67% e o mercado na América do Norte representou 33% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o mercado na América do Sul representou 65% e o mercado na América do Norte representou 35% da receita consolidada da Companhia.

#### **ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

Em 2015 o resultado operacional da Companhia apresentou crescimento de 48,8% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 154,3 milhões, impulsionado, principalmente, pelo aumento da receita e pela expansão de 0,6 p.p. da margem bruta. A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.267,1 milhões em 2015, 8,4% superior à de 2014, positivamente impactada por efeito cambial relativo à receita da Companhia na América do Norte, que mais que compensou os menores volumes de venda.

Em 2014 o resultado operacional da Companhia apresentou crescimento de 63,1% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 103,7 milhões, impulsionado, principalmente, pela expansão de 2,7 p.p. da margem bruta.

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos produtos vendidos aos seus clientes. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes de preços dependem da demanda, dos preços de concorrentes, que incluem produtos importados.

Quanto à flutuação de taxas de câmbio, a tradução da receita das operações da Companhia no exterior é diretamente impactada pela taxa de câmbio. A taxa de câmbio influencia também indiretamente na receita à medida que influi na competitividade dos produtos produzidos no Brasil, tanto no mercado internacional, contribuindo com o volume de exportação, como no mercado local, estabelecendo a participação de produtos importados.

Em 2015, a receita da Companhia na América do Norte, alcançou R\$ 923,8 milhões, ante R\$ 698,2 milhões, devido, principalmente, à desvalorização do real em relação ao dólar americano em 2015. Houve redução do volume de vendas de 8,0% entre anos, que foi parcialmente compensado por efeito positivo de preço e mix.

Em 2014, não houve impacto significativo nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços em relação ao ano de 2013.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A Companhia possui participação em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

**10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não realizou nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Companhia não realizou constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

**c. Eventos ou operações não usuais**

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

**10.4 Os diretores devem comentar**

**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

2015

No exercício de 2015 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2014

No exercício de 2014 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2013

Conforme determinado pelo CPC e CVM, a partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de janeiro de 2013, os ganhos e perdas atuariais em planos de aposentadoria reconhecidos como lucros e perdas até 31 de dezembro de 2012, não mais transitarão pela demonstração de resultado, passando a ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como “Outros resultados abrangentes”. Não há efeitos nas contas patrimoniais uma vez que os ganhos e perdas já eram reconhecidos anualmente no passivo.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

## 2015

No exercício de 2015 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

## 2014

No exercício de 2014 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

## 2013

No exercício de 2013 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalva nos pareceres emitidos pelos auditores.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 enfatiza que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável nas demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Tal ênfase tem como objetivo, destacar uma diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação às definidas nos IFRS, justificando as duas opiniões apresentadas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais (Controladora) e as demonstrações financeiras consolidadas.

### **10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

As políticas contábeis critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

- (a) Investimentos no exterior- Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes, não afetando o resultado do exercício.
- (b) Intangível- Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação. Mudança nos cenários macroeconômicos pode impactar no teste de realização dos Intangíveis como marcas e pontos comerciais.
- (c) Provisões diversas- A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. A Administração da Companhia depende de análises de advogados independentes para avaliação das contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

(d) Planos de aposentadoria complementar- Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada Springs Global US.

#### 10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

##### Arrendamento mercantil

A controlada Springs Global US aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil foi de R\$ 41,3 milhões em 2015, R\$ 32,7 milhões em 2014, e R\$ 33,3 milhões em 2013. As prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$ 270,9 milhões, conforme tabela a seguir.

Anos	2015
2016	38.802
2017	36.326
2018	34.991
2019	30.750
2020	27.853
<i>Sub-total</i>	<i>168.722</i>
2021-2030	102.213
<b>Total</b>	<b>270.935</b>

A controlada Springs Global US concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2015 foi de R\$ 13,0 milhões em 2015, R\$ 7,1 milhões em 2014, e R\$ 3,9 milhões em 2013. Para o período de 2016 a 2024, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada Springs Global US é de R\$ 60,7 milhões.

A controlada Springs Global US possui provisão de curto e longo prazo que totalizava R\$ 27,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 17,1 milhões em 31 de dezembro 2014, e R\$ R\$ 21,8 milhões em 31 de dezembro 2013, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$ 221,7 milhões nas obrigações demonstradas na tabela anterior.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**



Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

#### 10.7 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

As despesas financeiras de arrendamento mercantil, assim como as receitas financeiras do subarrendamento mercantil ("sub-leasing"), alteram o resultado operacional da Companhia nos valores mencionados no item 10.6.

- b. Natureza e propósito da operação**

Leasing operacional.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Já mencionado no item 10.6.

#### 10.8 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

- a. Investimentos**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em R\$ milhões	Investimentos		
	2015	2014	2013
Indústria	37,3	44,2	41,5
Varejo	4,9	11,1	17,8
<b>Total</b>	<b>42,2</b>	<b>55,3</b>	<b>59,3</b>

Os investimentos de capital da indústria refletem, fundamentalmente, investimentos de modernização de ativos. Já no varejo, os investimentos estão associados a gastos com reformas e benfeitorias de lojas próprias, além de investimentos relacionados a novas lojas próprias.

O valor de investimento estimado para 2016, de acordo com orçamento da Companhia, encontra-se entre R\$ 60 e 70 milhões, que serão aplicados, principalmente, em melhoria operacional, como nos últimos três exercícios sociais.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Após reestruturação de sua capacidade operacional no Brasil, a Companhia disponibilizou três ativos para venda, com valor contábil de cerca de R\$ 100 milhões e valor à mercado de R\$ 230 milhões, de acordo com avaliação efetuada em 2012 pela Cushman & Wakefield: (i) terreno em São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC.

Em 10 de fevereiro de 2015, a Companhia anunciou ao mercado que sua controlada Coteminas S.A. concluiu negociação de venda, para o Município de Montes Claros, do imóvel localizado na Av. Governador Magalhães Pinto, 4000, compreendendo o terreno de 161.930 m<sup>2</sup>, com edificações com cerca de 28 mil m<sup>2</sup> de área construída, pelo valor total de R\$ 48 milhões de reais, a serem pagos em 48 meses, sendo 12 meses de carência, corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado.

***b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor***

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

***c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Não há investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia.

**10.9 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10**

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

## **SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

### **ANEXO II**

Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09

Proposta da Destinação do Lucro Líquido do Exercício Findo em 31 de  
dezembro de 2015

---

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

---

*Informações requeridas pelo artigo 9º, §1º, inciso II da Instrução CVM nº 481/2009.*

---

**ANEXO 9-1-II****PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Os valores estão expressos em R\$ mil, exceto quando expressamente indicado.

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$22.577

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não há distribuição de dividendos.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Lucro	Número médio ponderado de ações em 31 de dezembro de 2015	Lucro por ação (em Reais) <sup>1</sup>
2015	22.577	50.000.000	0,4493
2014	(29.105)	50.000.000	(0,5680)
2013	(52,735)	50.000.000	(1,0547)

<sup>1</sup> Considerando número de ações igual a 50.000.000 ações, após grupamento realizado em 2015

	Lucro	Número médio ponderado de ações em 31 de dezembro do exercício	Lucro por ação (em Reais) <sup>1</sup>
2015	22.577	50.000.000	0,4493
2014	(29.105)	200.000.000	(0,1420)
2013	(52,735)	200.000.000	(0,2653)

<sup>1</sup> Considerando número de ações no fim do exercício e conforme reportado

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Dividendos e JCP	Dividendos e JCP por ação (em Reais) <sup>1</sup>
2015	-	-
2014	-	-
2013	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve base de cálculo

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

5% do lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

As ações representativas do capital social receberão como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 1/3 do lucro líquido ajustado nos termos da lei, ficando o saldo a disposição da Assembleia Geral que, respeitadas as prescrições legais, deliberará a respeito de seu destino.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente  
No exercício de 2015 não houve base de cálculo.
- c. Informar o montante eventualmente retido  
Zero

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

## **SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

### **ANEXO III**

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração

---



**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

---

*Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.*

---

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
<b>REGISTRO NA CVM</b>	n.º 20966
<b>SEDE</b>	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
<b>DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES</b>	Alessandra Eloy Gadelha
<b>ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS</b>	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
<b>AGENTE ESCRITURADOR</b>	Banco Itaú S.A.
<b>AUDITORES INDEPENDENTES</b>	BDO RCS Auditores Independentes.
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	SGPS3
<b>JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES</b>	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

**12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela.**

### Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor			Número de mandatos consecutivos	se é independente, critério
João Gustavo Rebello de Paula	14/07/1968	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano
692.239.806-82	Engenheiro	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				9 Não
Josué Christiano Gomes da Silva	25/12/1963	Conselho de Administração e Diretoria	30/04/2015 (a) / 12/05/2015 (b)	1 ano
493.795.776-72	Engenheiro a Advogado	Membro do Conselho de Administração (a)	30/04/2015 (a) / 12/05/2015 (b)	Sim
Não		Diretor Presidente (b)	9 (a) / 10 (b)	Não
Daniel Platt Tredwell	23/03/1958	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano
232.731.848-33	Administrador	Membro do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				9 Não
Ricardo dos Santos Júnior	26/09/1980	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano
045.436.146-74	Bacharel em Direito	Membro do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				3 Não
João Batista da Cunha Bomfim	24/06/1939	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano
006.498.306-44	Contador e Advogado	Membro do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				8 Não
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros	04/05/1960	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano

022.725.508-94	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				9 Independente
Jorge Kalache Filho	15/09/1949	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano
178.165.217-15	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				2 Independente
Pedro Henrique Chermont de Miranda	24/08/1973	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano
023.120.657-70	Engenheiro Mecânico	Membro do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				3 Independente
Pedro Hermes da Fonseca Rudge	22/05/1976	Conselho de Administração	30/04/2015	1 ano
016.802.887-50	Bacharel em Economia	Membro do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Não				3 Independente

#### *Principais Experiências Profissionais*

*João Gustavo Rebello de Paula* é formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela Kelly School of Business, Indiana University (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade empresária que atua na área agropecuária; Econorte-Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na Booz-Allen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro do Conselho de administração da Springs Global Participações S.A, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS e da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A.- Encorpar. O Sr. João Gustavo é também membro suplente da Companhia Tecidos Santanense.

*Josué Christiano Gomes da Silva* é formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee (EUA). É presidente do Conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. – Encorpar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. É presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A. e da CGG Trading S.A.. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aguardente; Econorte – Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; Ecopar – Empresa de Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações; Diretor Presidente da COTEMINAS S.A., Diretor Presidente da OXFORD COM. E

PART. S.A.; Presidente da SEDA S.A.; e Diretor Presidente da AMMO Varejo; e da Springs Global Participações S.A., indústria têxtil atuante no setor de cama, mesa e banho; . O Sr. Josué é membro do Conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice presidente da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL, e presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”.

*Daniel Platt Tredwell* é formado pela Miami University, Estados Unidos, fez de pós-graduação em administração pela Wharton School, Pennsylvania. O Sr. Tredwell foi um dos diretores executivos fundadores do departamento de soluções financeiras para empresas alavancadas (high yield corporate finance) do Chase e, posteriormente, atuou como diretor executivo do departamento de financiamentos alavancados (leverage finance) no Chase Securities Inc. Atualmente, o Sr. Tredwell é presidente executivo e diretor executivo sênior do fundo de private equity Heartland Industrial Partners, membro do conselho da TriMas Corporation, Springs Industries, e Asahi-Tec Corporation, empresa com sede no Japão. É, ainda, membro do Conselho de Administração da companhia, desde 24 de janeiro de 2006. E, ainda, membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS.

*Ricardo dos Santos Júnior* é formado em direito pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Possui mestrado em administração de empresas (MBA) pela Columbia Business School, Columbia University, Nova Iorque (EUA). O Sr. Ricardo Jr. É atualmente o vice-presidente da ENCORPAR - Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. Anteriormente, trabalhou no grupo de investimentos ilíquidos (private equity) da Gávea Investimentos no Rio de Janeiro e no banco de investimentos do Citi em Nova Iorque. Atualmente é membro do Conselho de administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas, da Springs Global Participações S.A., e também da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira.

*João Batista da Cunha Bomfim* é técnico em Contabilidade, Bacharel em Direito e fez diversos cursos, entre eles: Curso Fiscais e Fiscalização de Projetos- Sudene, Curso de Direito Trabalhista, Administração Financeira – ADF (UFMG), Análise Financeira e Contabilidade Administrativa, na Fundação João Pinheiro. Atualmente o Sr. Bomfim é membro do Conselho de administração e diretor da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS; diretor da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; e da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – ENCORPAR, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais; e do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A.. O Sr. Bomfim é também diretor da AMMO Varejo Ltda. e da OXFORD Com. e Part. S.A.

*Marcelo Pereira Lopes de Medeiros* é formado em engenharia civil pela Universidade de São Paulo, foi sócio fundador da AML Indústria e Comércio de 1983 a 1986, trainee na Fahnestock & Co. (EUA) em 1986, analista, gerente, sócio e diretor da Capitaltec S.A. de 1986 a 1991, gerente, sócio e diretor do Banco de Investimentos Garantia S.A. de 1991 a 1998, diretor do Credit Suisse First Boston de 1998 a 2003. Atualmente é sócio fundador da SPM Participações Ltda.. O Sr. Medeiros entrou na Springs Global Participações S.A. como conselheiro independente desde abril de 2007. É também membro do conselho de administração das seguintes companhias: Damasio Educacional S.A e RB Capital S.A Managing Partner DLJ e sócio-diretor das seguintes companhias: Lanx Capital Investimentos Ltda. e Cambuhy Investimentos Ltda., e também da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS.

*Jorge Kalache Filho* possui mestrado em Administração de Empresas pela PUC-RJ, pós-graduação em Economia Industrial pela FEA/UFRJ, pós-graduação em Engenharia Industrial – Finanças pela PUC/RJ, sendo formado em engenharia civil pela PUC/RJ. Entre 1974 e 2008, exerceu diversos cargos no BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, sendo o último Superintendente da Área Industrial.

Atualmente, é membro do Conselho Deliberativo da FAPES, membro suplente do Conselho de Administração da TAESA e da ODONTOPREV, e membro suplente do Conselho Fiscal da BNDESPAR.

*Pedro Henrique Chermont de Miranda* é sócio fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos e gestor dos fundos. Pedro tem 18 anos de experiência no mercado acionário brasileiro, tendo trabalhado 13 anos na Investidor Profissional (IP), uma das primeiras gestoras de recursos independentes do Brasil, onde foi gestor de fundos que somavam patrimônio da ordem de US\$1,5 Bilhão. Pedro foi membro do Conselho de administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). O Sr. Pedro é graduado em Engenharia Mecânica pela PUC-RJ e membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A..

*Pedro Hermes da Fonseca Rudge* é sócio fundador da Leblon Equities e diretor financeiro e administrativo. Pedro tem 17 anos de experiência no mercado acionário brasileiro. De 2004 a 2008, Pedro trabalhou na IP como membro da equipe de investimentos e em 2006 tornou-se sócio. Foi responsável pela estruturação de veículos de investimentos e análise de governança corporativa. De 2002 a 2004, Pedro trabalhou no Bradesco-Templeton, onde foi analista senior focado nos setores de telecom e bens de capital e esteve pessoalmente envolvido em analisar, conduzir e desinvestir diversos investimentos do fundo fechado F.V.L. De 1996 a 2002, Pedro trabalhou na Latinvest Asset Management, uma empresa especializada em mercados emergentes, onde ele teve a oportunidade de iniciar sua carreira como trader e se tornar um dos gestores do fundo de ações. Pedro atuou como membro de Conselhos fiscais de empresas como Empresa Brasileira de Compressores S.A. - Embraco (subsidiária da Brazilian Whirlpool), Tele Nordeste Celular Participações S.A. (TIM Nordeste), Trafo Equipamentos Elétricos S.A., Renner Participações S.A. e Globex S.A.; e também é membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A.. Pedro é graduado em

*Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:*

**i. qualquer condenação criminal:**

Não há qualquer condenação criminal envolvendo os membros da Administração indicados acima.

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:**

Não há qualquer condenação em processo administrativo da CVM envolvendo os membros da Administração acima indicados.

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:**

Não há qualquer condenação transitada em julgado envolvendo os membros da Administração acima indicados.

**12.6. Em relação a cada um dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal do emissor, informar, em forma de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no último exercício, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

**Conselho de Administração**

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
João Gustavo Rebello de Paula	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%
Josué Christiano Gomes da Silva	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%
Daniel Platt Tredwell	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%

Ricardo dos Santos Júnior	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%
João Batista da Cunha Bomfim	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%
Jorge Kalache Filho	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%
Pedro Henrique Chermont de Miranda	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%
Pedro Hermes da Fonseca Rudge	30/04/2015 - 31/12/2015	6	6	100%

### Conselho Fiscal

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
César Pereira Vanucci	30/04/2015 - 31/12/2015	3	3	100%
João Martinez Fortes Júnior	30/04/2015 - 31/12/2015	3	3	100%
Renato Sobral Pires Chaves	30/04/2015 - 31/12/2015	3	3	100%
Ildeu da Silveira e Silva	30/04/2015 - 31/12/2015	n.a.	n.a.	n.a.
Fernando Valente Pimentel	30/04/2015 - 31/12/2015	n.a.	n.a.	n.a.
Victor Uebe	30/04/2015 - 31/12/2015	n.a.	n.a.	n.a.

### 12.7. Composição dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

### 12.8. Em relação a cada pessoa que atua como membro de comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

### 12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

#### a. administradores do emissor

Não aplicável.

**b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**

Não aplicável.

**c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filho/Mãe (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Marido/Esposa (1º grau)

**d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Vice presidente do Conselho de Administração e Vice Presidente

Tipo de parentesco: Filho/Mãe (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:



- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Marido/Esposa (1º grau)

**12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- e. Sociedade controla, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2014 apenas.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: AMMO Varejo Ltda. / CNPJ: 03.494.776/0001-01
- Cargo: Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta

- f. Controlador direto ou indireto do emissor**

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlador direto

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: controlador indireto

**g. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladas ou controladas dessas pessoas**

Não aplicável

## **SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

### **ANEXO IV**

Item 13 do Formulário de Referência

Definição da Remuneração Global dos Administradores

---

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

---

*Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.*

---

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
<b>REGISTRO NA CVM</b>	n.º 20966
<b>SEDE</b>	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
<b>DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES</b>	Alessandra Eloy Gadelha
<b>ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS</b>	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
<b>AGENTE ESCRITURADOR</b>	Banco Itaú S.A.
<b>AUDITORES INDEPENDENTES</b>	BDO RCS Auditores Independentes.
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	SGPS3
<b>JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES</b>	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

### 13. Remuneração dos administradores

#### 13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária (“diretoria”) e do conselho fiscal (“Pessoal-Chave da Administração”).

##### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas.

##### **b. composição da remuneração**

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes:

(a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

O plano de bônus anuais que podem variar de 1 a 3 salários anuais, dependendo do desempenho da Companhia e de cada membro individualmente.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício Social findo em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	n.a.	100%	100%
Remuneração variável	0%	n.a.	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	<b>0%</b>	n.a.	<b>0%</b>	<b>0%</b>
<b>Total da remuneração</b>	100%	n.a.	100%	100%

Exercício Social findo em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	<b>100%</b>	n.a.	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Remuneração variável	-	n.a.	-	<b>0%</b>
Outros benefícios / remunerações	-	n.a.	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>100%</b>	n.a.	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Exercício Social findo em 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	<b>100%</b>	n.a.	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Remuneração variável	-	n.a.	-	<b>0%</b>
Outros benefícios / remunerações	-	n.a.	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>100%</b>	n.a.	<b>100%</b>	<b>100%</b>

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

Alguns membros da administração não são remunerados pelo emissor, devido à Companhia ser *holding*, mas são remunerados por sua participação na administração da Companhia por empresas controladas.

***c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração***

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

***d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho***

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

***e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo***

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

***f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos***

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, como também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores

diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, são informados no item 13.15 deste documento.

***g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor***

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

**13.2. Remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal, reconhecida no resultado do emissor**

Exercício Social corrente 31/12/2016 - Prevista (Em Reais) *	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	n.a.	
Nº de membros remunerados				
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Salário ou pró-labore	300.000,00			
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
<b>Outros benefícios / remunerações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
<b>Total da remuneração</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>

\* Valores ainda não definidos que serão reconhecidos no resultado do emissor. Para esclarecimento, o valor da remuneração global proposta de R\$ 3.650.000,00, contempla valores a serem pagos por controladas do emissor aos administradores por funções exercidas no emissor, estimadas em R\$ 3.350.000,00.



Exercício Social findo em 31/12/2015 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	3,33	15,33
Nº de membros remunerados	8,00	0,00	3,33	11,33
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>292.924,00</b>	<b>0,00</b>	<b>121.652,00</b>	<b>414.576,00</b>
Salário ou pró-labore	292.924,00		121.652,00	414.576,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
<b>Outros benefícios / remunerações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Pós-emprego				0,00
Cessaçãõ do cargo				0,00
Baseada em ações, incluindo opções				0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>292.924,00</b>	<b>0,00</b>	<b>121.652,00</b>	<b>414.576,00</b>

Exercício Social findo em 31/12/2014 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	4,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	0,00	4,00	12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>288.000,00</b>	<b>-</b>	<b>144.000,00</b>	<b>432.000,00</b>
Salário ou pró-labore	288.000,00		144.000,00	432.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				

Outros				
<b>Remuneração variável</b>	-	-	-	-
Bônus				-
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
<b>Outros benefícios / remunerações</b>	-	-	-	-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
<b>Total da remuneração</b>	<b>288.000,00</b>	-	<b>144.000,00</b>	<b>432.000,00</b>

Exercício Social findo em 31/12/2013 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	4,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	0,00	4,00	12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>192.000,00</b>	-	<b>96.000,00</b>	<b>288.000,00</b>
Salário ou pró-labore	192.000,00		96.000,00	288.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
<b>Remuneração variável</b>	-	-	-	-
Bônus				-
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
<b>Outros benefícios / remunerações</b>	-	-	-	-
Pós-emprego				

Cessação do cargo

Baseada em ações, incluindo opções

**Total da remuneração** **192.000,00** - **96.000,00** **288.000,00**

Exercício Social findo em 31/12/2015 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9	3	4	8	0	4
Fevereiro	9	3	4	8	0	4
Março	9	3	4	8	0	4
Abril	9	3	4	8	0	4
Maio	9	3	3	8	0	3
Junho	9	3	3	8	0	3
Julho	9	3	3	8	0	3
Agosto	9	3	3	8	0	3
Setembro	9	3	3	8	0	3
Outubro	9	3	3	8	0	3
Novembro	9	3	3	8	0	3
Dezembro	9	3	3	8	0	3
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>36</b>	<b>40</b>	<b>96</b>	<b>0</b>	<b>40</b>
<i>No de membros</i>	<i>9,00</i>	<i>3,00</i>	<i>3,33</i>	<i>8,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3,33</i>

Exercício Social findo em 31/12/2014 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9	3	4	8	0	4
Fevereiro	9	3	4	8	0	4
Março	9	3	4	8	0	4
Abril	9	3	4	8	0	4
Maio	9	3	4	8	0	4

Junho	9	3	4	8	0	4
Julho	9	3	4	8	0	4
Agosto	9	3	4	8	0	4
Setembro	9	3	4	8	0	4
Outubro	9	3	4	8	0	4
Novembro	9	3	4	8	0	4
Dezembro	9	3	4	8	0	4
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>36</b>	<b>48</b>	<b>96</b>	<b>0</b>	<b>48</b>
<i>No de membros</i>	<i>9,00</i>	<i>3,00</i>	<i>4,00</i>	<i>8,00</i>	<i>0,00</i>	<i>4,00</i>

Exercício Social findo em 31/12/2013 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9	3	4	8	0	4
Fevereiro	9	3	4	8	0	4
Março	9	3	4	8	0	4
Abril	9	3	4	8	0	4
Maio	9	3	4	8	0	4
Junho	9	3	4	8	0	4
Julho	9	3	4	8	0	4
Agosto	9	3	4	8	0	4
Setembro	9	3	4	8	0	4
Outubro	9	3	4	8	0	4
Novembro	9	3	4	8	0	4
Dezembro	9	3	4	8	0	4
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>36</b>	<b>48</b>	<b>96</b>	<b>0</b>	<b>48</b>
<i>No de membros</i>	<i>9,00</i>	<i>3,00</i>	<i>4,00</i>	<i>8,00</i>	<i>0,00</i>	<i>4,00</i>

### 13.3 Remuneração variável no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Exercício Social corrente 31/12/2016 - Prevista (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros				
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	
<b>Em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
<b>Em relação a participação nos resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Exercício Social findo em 31/12/2015 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	3,33	15,33
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	-
<b>Em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
<b>Em relação a participação nos resultado</b>				

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0
iii. valor efetivamente reconhecido	-	0

Exercício Social findo em 31/12/2014 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	4,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	-
<b>Em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0
iii. valor efetivamente reconhecido	-	-	-	0
<b>Em relação a participação nos resultados</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0
iii. valor efetivamente reconhecido	-	-	-	0

Exercício Social findo em 31/12/2013 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	4,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	-
<b>Em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as	-	-	-	0

metas estabelecidas fossem atingidas

iii. valor efetivamente reconhecido - 0

**Em relação a participação nos resultados**

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração - 0

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração - 0

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas - 0

iii. valor efetivamente reconhecido - 0

**13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**

Antes da constituição da Companhia, a controlada Springs Global U.S. Inc. (“SGUS”) administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da própria Companhia. Naquela data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir.

Das opções de ações emitidas pela Companhia, 175.000 tinham direito a valorização (*appreciation right*). Em 31 de dezembro de 2015, nenhuma ação tinha direito a valorização. O direito à valorização permitia ao beneficiário receber, para cada opção exercida, um pagamento em dinheiro (ou as ações da Companhia, se o funcionário ainda estiver empregado na controlada SGUS, na data do exercício) no valor igual à diferença entre o valor justo de mercado da ação da Companhia, como definido no plano, e o preço exercido da opção. Durante o ano, a Companhia efetuou avaliação do valor justo dessas opções o que resultou em nenhum passivo a ser reconhecido.

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos três últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

**13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2016.

**13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.**

Não há opções em aberto para quaisquer membros do órgão da administração da Companhia e suas controladas.

**13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais**

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

**13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável.

**13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

**Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia**

Quantidade de  
ações<sup>1</sup>

Emissor



Conselho de administração	87.506
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Direto – Companhia de Tecidos Norte de Minas	
Conselho de administração	36.449
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – Wembley S.A.	
Conselho de administração	559.425
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – José Alencar Gomes da Silva – Com. Part. Emp. S.A.	
Conselho de administração	24.617
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador – Companhia de Tecidos Norte de Minas	

<sup>1</sup> Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

**13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração (em R\$, exceto número de Administradores)	Exercício social findo em		
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
<b>Conselho de Administração</b>			
Número total de membros	9,00	9,00	9,00
Número de membros remunerados	8,00	8,00	8,00
Valor da maior remuneração individual	24.000,00	36.000,00	36.615,50
Valor da menor remuneração individual	24.000,00	36.000,00	36.615,50
Valor médio da remuneração individual	24.000,00	36.000,00	36.615,50
<b>Observação</b>			
<b>Diretoria Estatutária</b>			
Número total de membros	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração individual	-	-	-
Valor da menor remuneração individual	-	-	-
Valor médio da remuneração individual	-	-	-
<b>Observação</b>			
<b>Conselho Fiscal</b>			
Número total de membros	4,00	4,00	3,33
Número de membros remunerados	4,00	4,00	3,33
Valor da maior remuneração individual	24.000,00	36.000,00	36.000,00
Valor da menor remuneração individual	24.000,00	36.000,00	36.000,00

Valor médio da remuneração individual	24.000,00	36.000,00	36.000,00
---------------------------------------	-----------	-----------	-----------

Observação

Considera apenas os membros que ficaram 12 meses no cargo

**13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor.**

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

**13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não há.

**13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.165		
Sociedades sob controle comum				

**Exercício Social 2014 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.135		
Sociedades sob controle comum				

**Exercício Social 2013 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.589		
Sociedades sob controle comum				

**13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há.

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

---

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

**CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57  
NIRE 3130002243-9  
COMPANHIA ABERTA**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Springs Global Participações S.A (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, às 10 horas do dia 29 de abril de 2016, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015; e

(ii) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração que irão compor e a fixação do limite da remuneração global dos administradores da Companhia.

**Informações Gerais:**

Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([www.springs.com/ri](http://www.springs.com/ri)), e nos sites da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização.

Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 27 de abril de 2016.

Montes Claros-MG, 30 de março de 2016.

Conselho de Administração